



## Grande Reportagem Mutilação genital



# Mutilaram-nas e elas fugiram para Portugal

**Asilo** Uma foi excisada aos cinco anos, outra foi violentada já adulta. Em comum têm a fuga a uma prática que lhes causou danos para sempre, o que as levou a procurar o nosso país. Uma já conseguiu o que queria, autorização de residência por dois anos. A outra ainda aguarda a mesma decisão para proteger a sua filha, de dois anos e três meses. Estes são os primeiros casos a terem resposta positiva em pedidos feitos com base em razões humanitárias

**SOFIA BRANCO**  
Jornalista da agência Lusa  
(Texto)

Kadie fugiu da Serra Leoa depois de três mulheres a terem sequestrado e mutilado genitalmente. Portugal concedeu-lhe asilo por dois anos. Aminata abandonou o Senegal para impedir que excisassem a sua filha. Portugal atribuiu-lhe proteção provisória, enquanto analisa o pedido de asilo. As duas mulheres, a viverem em Lisboa, aceitaram contar as suas histórias, usando nomes fictícios para proteger a identidade.

À vez, Kadie e Aminata partilham dolorosas experiências na sala da biblioteca do

edifício multiétnico do Centro de Acolhimento para Refugiados, situado na Bobadela, no concelho de Loures, que ainda cheira a novo. Há gatafunhos de crianças em cartolinas espalhadas pelas mesas e folhetos desenhados sobre países longínquos e desconhecidos, entre documentos sobre leis de asilo e livros sobre a pintura de Miguel Angelo e Botticelli.

Kadie está agitada, fala num inglês com sotaque da Serra Leoa nem sempre perceptível à primeira. Acentua as palavras "captura", "sofrimento", "fuga", "dor". Está fora de hipótese voltar à terra natal. Tem medo que a venham buscar para acabar o que deixaram incompleto. Kadie conseguiu escapar às três mulheres que lhe agarraram braços

e pernas e se sentaram sobre o seu peito enquanto lhe cortavam o clitoris. Mutilaram-na, mas não até ao fim.

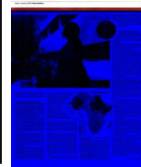
Aminata está mais serena, foi sujeita à prática há já muito tempo, tinha apenas cinco anos. Mas tudo fará para evitar que a filha seja submetida a um ritual que lhe deixou marcas para sempre. É por isso que está em Portugal. Queria ter ficado em França, onde tem família, mas Portugal também serve. Voltar ao Senegal é que não. Já consegue falar em português e para dizer mais do que o básico.

As experiências de Kadie e Aminata divergem nos pormenores, mas têm um fundamento comum: ambas contrariaram um ritual enraizado nas comunidades que o

mantêm e que deixa marcas permanentes na saúde física e psicológica das mulheres que a ele são submetidas.

A mutilação genital feminina é uma prática incluída nos rituais de iniciação à vida adulta de três dezenas de países africanos, que, podendo assumir diversas formas, passa sempre por alguma forma de amputação dos genitais femininos. Estima-se que 130 milhões de mulheres já tenham sido mutiladas e que três milhões de meninas por ano estejam em risco de o serem.

Sem mostrar os processos de Kadie e Aminata – até porque o desta última ainda está em apreciação –, Mónica Farinha, coordenadora do gabinete jurídico do Conselho Português para os Refugiados (CPR), confir-



“Primeiro pedido por mutilação em Portugal foi feito em 2002, mas acabou por ser rejeitado”

sejam impedidos ou se sintam impossibilitados de regressar ao país da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, quer atendendo à sistemática violação dos direitos humanos que aí se verifique quer por correrem o risco de sofrer ofensa grave”.

**Serra Leoa tem taxa de 94%**

A lei enumera as situações de pena de morte ou execução, tortura ou tratamento desumano ou degradante e ameaça grave contra a vida ou a integridade física como exemplos para concessão de proteção.

Quando apresentaram o seu pedido a Portugal, Kadie e Aminata alegaram que os seus respetivos países de origem não têm capacidade para as proteger.

A Serra Leoa tem das taxas mais altas de incidência de mutilação genital feminina: 94%, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Não há nenhuma lei que proíba a prática e a oposição ao ritual resulta, normalmente, em perda de votos. “Já houve um projeto de lei, mas foi retirado por pressão social”, assinala a jurista portuguesa Mónica Farinha. Já no Senegal há uma lei que proíbe a mutilação genital feminina, mas isso não impede que certas etnias mantenham o ritual. Aminata pertence a uma delas: os Halpulaar. Segundo dados da OMS, a taxa de incidência da prática no país é de 28,2%.

O primeiro pedido de asilo fundamentado na mutilação genital feminina apresentado em Portugal partiu da queniana Susan (nome fictício), em junho de 2002. Depois de uma série de recursos, foi rejeitado.

Desde então, extinguiu-se o Comissariado Nacional para os Refugiados em 2007. Atualmente, quando CPR e SEF não estão de acordo, é o tribunal que decide. “Não só a lei foi alterada como também a interpretação que lhe é dada”, explicou Mónica Farinha.

Em 2011, Portugal recebeu 275 pedidos de asilo, “um aumento muito grande” comparativamente aos 160 do ano anterior, realça a jurista do CPR, adiantando que 65 foram aceites (27 com estatuto de refugiado e 38 com estatuto de proteção subsidiária). Até 28 de maio deste ano, estavam já contabilizados 130 pedidos de asilo, “muito mais do que no ano passado, quando só em julho se chegou à centena”, compara.

Os requerentes são, na maioria, homens, oriundos de África (lideram Guiné-Conacri, Nigéria e Somália), que chegam sós a Portugal, normalmente ao aeroporto de Lisboa. Um dos destaques deste ano é haver mais pedidos apresentados nos postos de fronteira, maioritariamente no aeroporto de Lisboa, do que em território nacional.

A tendência para a diferença entre os sexos mantém-se – os requerentes de asilo são 80% homens e 20% de mulheres (dos 130 contabilizados este ano).

A “alteração no padrão de pedidos de asilo” que já pode ser apontada tem que ver com “mais casos de menores desacompanhados”, sobretudo oriundos da Guiné-Conacri, da Serra Leoa, da Síria. “Normalmente representavam 5 a 10% e este ano já vão em 13% [do total de 130 já contabilizados]”, refere Mónica Farinha.

mou que a mutilação genital feminina foi “o fundamento exclusivo e principal” dos pedidos de asilo das duas mulheres a Portugal.

**Aminata foi a primeira a pedir asilo**

O CPR acompanha juridicamente cerca de 90% dos requerentes de asilo em Portugal e, de acordo com as contas desta organização não governamental para o desenvolvimento, Kadie é a primeira mulher a, tendo apresentado a mutilação genital feminina como fundamento para o pedido de asilo, obter proteção subsidiária de Portugal.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) escusou-se a confirmar essa possibilidade, dizendo apenas que, “tendo por referência os últimos dez anos, Portugal recebeu, em média, um a dois pedidos de asilo por ano baseados” na mutilação genital feminina, considerada uma violação de direitos humanos pela comunidade internacional.

Questionado posteriormente sobre o número de casos aos quais Portugal deu resposta positiva, o SEF, que centraliza a informação sobre os pedidos de asilo, referiu que, “regra geral, é concedido o estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária nos pedidos de asilo apresentados com este fundamento”.

Para justificar a falta de dados mais concretos, o SEF realça que “a disponibilização destes poderia pôr em causa o princípio da confidencialidade” a que “está obrigado”.

“A salvaguarda do segredo estatístico, em situações em que os números de asilo são reduzidos, como acontece em Portugal, e

no caso concreto [da mutilação genital feminina] constitui uma regra estatística do Eurostat, de forma a evitar a possibilidade de identificação dos requerentes e dos beneficiários de proteção internacional”, esclarece.

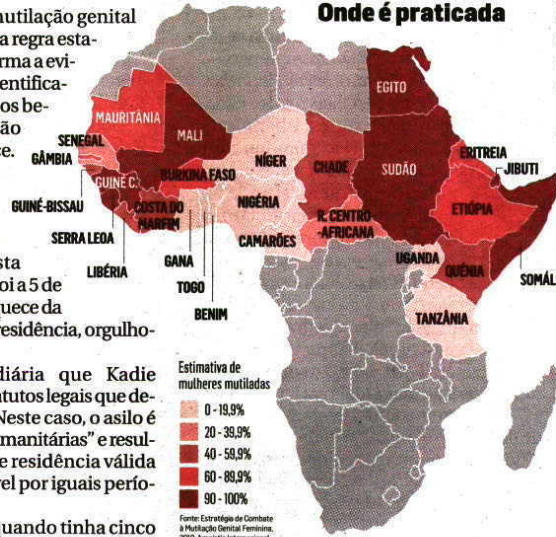
Kadie teve dois carimbos provisórios, cada um com a duração de quatro meses, antes de receber uma resposta definitiva de Portugal. Foi a 5 de abril de 2012. Não se esqueça da data e exhibe o cartão de residência, orgulhosa.

A proteção subsidiária que Kadie conseguiu é um dos estatutos legais que decorrem da lei do asilo. Neste caso, o asilo é atribuído por “razões humanitárias” e resulta numa autorização de residência válida por dois anos e renovável por iguais períodos.

Aminata, mutilada quando tinha cinco anos, saiu do Senegal em setembro de 2010 com a filha, para a proteger do mesmo destino. Tinham visto para Portugal, mas tentaram ir para França primeiro, onde têm família. Tiveram de retornar a Portugal porque, ao abrigo do Acordo de Dublin, cabe ao país que concede o visto avaliar o pedido de asilo. As datas também estão na ponta da língua: chegaram ao Centro de Acolhimento para Refugiados, gerido pelo CPR, a 6 de maio de 2011 e ali viveram até 20 de outubro de 2011.

Aminata e a filha de dois anos e três meses já acumulam dois carimbos provisórios

**Onde é praticada**

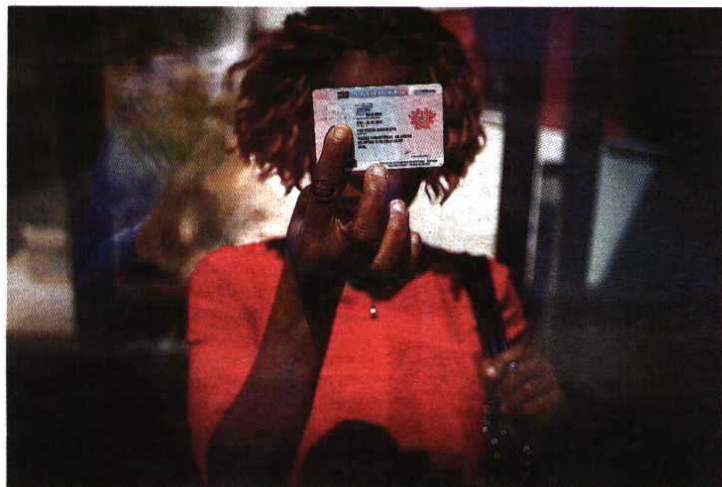


e esperam ainda uma resposta definitiva ao pedido de asilo.

Kadie e Aminata escolheram contar as suas histórias no centro que as acolheu, mas já lá não estão, vivem agora num apartamento independente, mas, sem trabalho, dependem da ajuda da Santa Casa da Misericórdia para quase tudo: renda, alimentação, passe de transportes, infantilário.

Segundo a Lei de Asilo n.º 27/2008, de 30 de junho de 2008, Portugal concede “autorização de residência por razões humanitárias aos estrangeiros e aos apátridas (...) que

Mutilação genital



MÁRIO CRUZ/AGÊNCIA LUSA

# “Ainda hoje tenho dores quando faço chichi”

**SENEGAL** Aminata vivia em Dacar quando a levaram para muito longe, dois a três dias de viagem. Não sabia ao que ia, nem a mãe. Com ela foram mais meninas

Vou falar em português. Estou a aprender. Aminata não é o meu nome verdadeiro. Tenho 28 anos e meio, nasci em Kinshasa, quando ainda era no Zaire. Tenho nacionalidade do Senegal e foi de lá que fugi porque não quero que a família do meu pai faça o mesmo à minha filha do que fez comigo quando eu tinha cinco anos. Foi numa vez que me levantei mais cedo, cinco ou seis horas da manhã. Disse-lhe que íamos ver um *marabout*. É um médico que limpa o corpo das pequeninas, para que depois tenham marido. Eu não sabia ao que ia. A minha mãe também não. Foi a irmã do meu pai. Ela tem muito poder. É ela que decide sobre as crianças. No Senegal são as mulheres velhas que o fazem. Vivia em Dacar. Levaram-me para muito longe, dois dias ou três de viagem no autocarro. A mutilação faz-se nas aldeias, não na capital.

Levaram-me para uma casa, um pequeno quarto. No chão havia um buraco. Abriram-me as pernas. Cortaram-me o orifício. Muito sangue. Não havia nada para limpar, nem desinfetante. Só um lençol. Pus aqui [aponta para o meio das pernas] e depois fui para casa. Éramos um grupo de pequeninas. A primeira que entrou começou a chorar. Fazem isto a partir dos três-quatro anos. Dizem que é para, no futuro, não termos relações sexuais antecipadas, com um homem que não seja nosso marido. Relações sexuais, só depois do casamento. A justificação é privar a pessoa de prazer sexual. É uma vergonha quando uma pequenina de etnia Halpulaar perde a virgindade antes do casamento. É bom quando um homem consegue uma pequenina que não fez nada com ninguém e é pura. Ainda hoje tenho dores quando faço chichi. Tenho sempre problemas com a menstruação. Não vem normalmente, te-

nho de fazer tratamentos para vir. Se não há menstruação, não há gravidez. Casei-me em 2006 e não consegui ter bebé até 2010. Perdi a primeira gravidez aos três meses. A segunda morreu na barriga, aos oito meses.

À terceira, nasceu esta pequenina. Quando o meu pai soube que era uma menina... Nunca aceitou o meu casamento, por me ter casado com um homem de outra etnia. O meu marido é Sereer. O meu pai diz que Halpulaar tem de casar com Halpulaar. Mas eu disse “não vou fazer isso. Vou casar com a pessoa de quem gosto. O casamento não é uma coisa de um dia, é uma coisa de toda a vida”. O meu pai disse-me que a minha filha tinha de fazer o ritual. Disse que não. Eu sei como é difícil. Fiz queixa, mas a polícia não fez nada, disse só “está bem, está bem”. Não mandou ninguém para investigar. Não sei de nenhuma lei no Senegal contra a mutilação. O meu marido disse que era melhor sair do país. Tinha sempre medo. Não podia deixar a pequenina sozinha em casa. Não sabia se a iriam levar para fazer isso. Não tinha a tranquilidade que esperava.

Não tivemos problemas para obter visto. Pedimos para Portugal. Não conhecemos ninguém aqui, mas a ideia era ir para França. Temos muitos familiares lá. Mas o Acordo de Dublin diz que é o país que concede o visto que deve avaliar o pedido de asilo. Tudo bem, não faz mal. Só importa a segurança. Vou fazer todo o possível para preservar a minha pequenina.

O meu marido está cá agora. Ficou 18 meses sem nos ver. Foi muito difícil. A bebé era muito pequena, tinha só seis meses. Era o primeiro bebé, eu não sabia nada sobre crianças. Era a primeira vez na Europa, eu não sabia como funcionava. Em França, não haveria problema, teria família. Mas aqui... tive de aprender a língua. Havia muita gente, fiquei num quarto para dez pessoas, com crianças. Fiquei aqui [no Centro de Acolhimento para Refugiados, na Bobadela] quase sete meses. O Senegal maltratou-me. Sei que não se deve pensar isso da nossa terra, mas nunca mais quero voltar.

“O meu pai disse-me que a minha filha também tinha de fazer o ritual. Disse que não. Fiz queixa à polícia”



MÁRIO CRUZ/AGÊNCIA LUSA

# “Quando me olho ao espelho choro muito”

**SERRA LEOA** Kadie já pode viver em Portugal, porque a queriam magoar. “Queriam cortar-me e cortaram, mas não acabaram o que queriam e eu consegui fugir”

Nasci na capital que tem liberdade no nome: Freetown. Venho da Serra Leoa. Tenho 24 anos e uma cicatriz recente entre as pernas. Não digo o meu nome, podem chamar-me Kadie.

Vim para Portugal e pedi asilo. Fugi do meu país porque queriam magoar-me. Queriam cortar-me. E cortaram. Mas não acabaram o que estavam a fazer, porque eu consegui fugir. Lutei contra elas. Três mulheres. Familiares da minha mãe. Não muito velhas. Muito gordas.

Queixaram-se de que eu nunca tinha ido visitá-las desde que a minha mãe morreu. E eu fui. Moram na aldeia. Não sabia que lá faziam a mutilação. Capturaram-me. Levaram-me para a floresta. Uma apertou-me os braços, outra segurou-me as pernas [recorda como tudo aconteceu, reproduzindo os gestos na interlocutora].

Café. A terceira sentou-se sobre o meu peito, abriu-me as pernas e cortou-me. Usaram uma faca pequena, assim do tamanho do meu dedo indicador. Eu vi-a. Era muito afiada. Lutei tanto que elas não conseguiram acabar. Consegui escapar e fugi. Sou muito rápida, não conseguiram apanhar-me.

Fugi para Freetown. Fui a uma farmácia. Sangrava por todo o lado. As pessoas perguntavam o que me tinha acontecido, mas eu não conseguia explicar, só chorava. O médico ajudou-me com medicamentos. O sangue parou. Mas sentia muita dor. Demasiada. Não conseguia andar. Pensei que ia morrer. Ainda sinto dores, às vezes. Mas os médicos aqui em Portugal dizem que está tudo bem.

Estou grávida agora. De quatro meses. Na próxima ecografia saberei se é menino ou menina. Conheci o pai na Alameda [Afonso Henriques, em Lisboa]. Namorei

com ele um mês. Mas ele depois foi para a Holanda. Telefona só de vez em quando.

Não quis abortar porque pensava que, depois do que me fizeram, não teria mais filhos. Acho que foi um presente de Deus. Pensava que não ia conseguir ter mais bebés e isso fazia-me chorar.

Tenho uma filha na Serra Leoa. Ficou com a minha tia. Queria trazê-la mas não tenho contacto com ninguém de lá. Não sei onde ela está agora. A Cruz Vermelha está a tentar localizá-la.

Não quero lá voltar nunca mais. Os meus pais morreram quando eu era pequena. Só a minha tia está em Freetown. Vivia com ela. Disse-lhe que me tinham cortado, mas a seguir desapareci, porque temia que fossem à minha procura na casa dela. Ela não sabe que estou em Portugal. Não sabe onde estou, onde vivo.

Gastei o meu dinheiro para mudar o meu “cabelo”, palavra que já aprendi a dizer em português. Falo pouco ainda.

Tenho medo. Penso que vão procurar por mim, para acabarem o que estavam a fazer. Se alguém souber... aquelas pessoas são o demónio. Podem vir atrás de mim.

Fiquei em choque. Mesmo agora, quando vou à casa de banho e tomo um chuveiro, olho-me ao espelho e choro muito. É só sofrimento na minha cabeça.

Não consigo viver a minha vida de cabeça erguida.

Porque é que estas pessoas me fizeram isto? Não sei. Não faço ideia. Não me disseram nada, só me apanharam e cortaram. Nunca teria lá ido se soubesse o que me iam fazer. Acho que foi Deus que me fez escapar, quando elas estavam em cima de mim gritei “ó meu Deus”.

Tenho acompanhamento psicológico. Estou traumatizada. Não é fácil esquecer uma coisa destas. De cada vez que me olho, lembro-me.

Agora estou aqui. Conhecia Portugal da televisão e parecia bonito. Quero ficar. Quero criar a minha família aqui. Não tenho trabalho, sei que vai ser difícil. Estou a ir à escola, para aprender português.

“Tenho medo, penso que vão procurar por mim, para acabarem o que estavam a fazer”